

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.091.291	4.253.468
1.01	Ativo Circulante	44.342	250.790
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.026	3.454
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	10.026	3.454
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.197	2.094
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.197	2.094
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.197	2.094
1.01.06	Tributos a Recuperar	835	762
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	835	762
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.304	1.815
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.304	1.815
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.980	242.665
1.01.08.03	Outros	29.980	242.665
1.01.08.03.01	Outros Créditos	256	280
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	13	4
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	29.711	238.772
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	0	3.609
1.02	Ativo Não Circulante	4.046.949	4.002.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.695	11.695
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.695	11.695
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.695	11.695
1.02.02	Investimentos	4.027.283	3.982.428
1.02.02.01	Participações Societárias	4.027.283	3.982.428
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.026.770	3.981.787
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	513	641
1.02.03	Imobilizado	3.690	3.875
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.690	3.875
1.02.04	Intangível	4.281	4.680
1.02.04.01	Intangíveis	4.281	4.680

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.091.291	4.253.468
2.01	Passivo Circulante	418.488	537.169
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.658	10.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.658	10.354
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.658	10.354
2.01.02	Fornecedores	896	1.364
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	896	1.364
2.01.02.01.01	Fornecedores	896	1.364
2.01.03	Obrigações Fiscais	78	83
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78	83
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	78	83
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	192.273	306.829
2.01.04.02	Debêntures	192.273	306.829
2.01.04.02.01	Debêntures	192.273	306.829
2.01.05	Outras Obrigações	218.583	218.539
2.01.05.02	Outros	218.583	218.539
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	214.736	214.736
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.613	1.594
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	579	579
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	1.655	1.630
2.02	Passivo Não Circulante	98.789	288.939
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	94.869	284.769
2.02.01.02	Debêntures	94.869	284.769
2.02.01.02.01	Debêntures	94.869	284.769
2.02.02	Outras Obrigações	3.920	4.103
2.02.02.02	Outros	3.920	4.103
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	1.168	988
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	2.752	3.115
2.02.04	Provisões	0	67
2.02.04.02	Outras Provisões	0	67
2.02.04.02.06	Provisão para perdas trabalhistas	0	67
2.03	Patrimônio Líquido	3.574.014	3.427.360
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação de participação acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.311.287	1.311.287
2.03.04.01	Reserva Legal	86.246	86.246
2.03.04.10	Orçamento de Capital	1.225.041	1.225.041
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	146.654	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	164.261	257.764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.545	-11.230
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-115	-128
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidadas	13	0
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-128	-128
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	175.921	269.122
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	175.921	269.122
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	164.261	257.764
3.06	Resultado Financeiro	-17.607	-26.392
3.06.01	Receitas Financeiras	370	2.015
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.977	-28.407
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	146.654	231.372
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	146.654	231.372
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	146.654	231.372
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21082	0,33261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21082	0,33261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	146.654	231.372
4.03	Resultado Abrangente do Período	146.654	231.372

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.223	-11.367
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.706	-9.245
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	146.654	231.372
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	585	612
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	17.941	27.994
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas trabalhistas	-67	1
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-26	-524
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-175.921	-269.122
6.01.01.17	Amortização de ágio	128	128
6.01.01.19	Provisão e atual. mon. acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	0	294
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.517	-2.122
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-73	32
6.01.02.03	Despesas antecipadas	511	494
6.01.02.05	Outros créditos	24	-2.158
6.01.02.06	Fornecedores	-468	656
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-3.696	-840
6.01.02.08	Partes relacionadas	-9	-2
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-5	17
6.01.02.13	Outras contas a pagar	199	-321
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	343.530	420.771
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1	-160
6.02.03	Aplicações financeiras	-103	11.994
6.02.05	Dividendos recebidos	299.999	314.000
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	40.000	90.000
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	3.635	4.937
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-322.735	-443.811
6.03.02	Pagamento debêntures e arrendamentos	-285.338	-380.416
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-37.397	-63.395
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.572	-34.407
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.454	44.153
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.026	9.746

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.654	0	146.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.654	0	146.654
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	146.654	0	3.574.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.372	0	231.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.372	0	231.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	231.372	0	2.969.358

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.257	-2.560
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.257	-2.560
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.257	-2.560
7.04	Retenções	-713	-740
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-585	-612
7.04.02	Outras	-128	-128
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-128	-128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.970	-3.300
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	176.304	271.137
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	175.921	269.122
7.06.02	Receitas Financeiras	370	2.015
7.06.03	Outros	13	0
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	13	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	172.334	267.837
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	172.334	267.837
7.08.01	Pessoal	7.646	7.923
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.124	7.531
7.08.01.02	Benefícios	310	247
7.08.01.03	F.G.T.S.	212	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.034	28.542
7.08.03.01	Juros	17.738	27.655
7.08.03.02	Aluguéis	57	135
7.08.03.03	Outras	239	752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.654	231.372
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.654	231.372

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	32.438.540	29.296.082
1.01	Ativo Circulante	4.890.839	4.726.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.355.146	2.337.602
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	3.355.146	2.337.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	537.309	1.531.009
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	537.309	1.531.009
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	94.722	123.390
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	442.587	1.407.619
1.01.03	Contas a Receber	551.401	485.838
1.01.03.01	Clientes	551.401	485.838
1.01.06	Tributos a Recuperar	185.467	153.830
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	185.467	153.830
1.01.07	Despesas Antecipadas	36.440	19.287
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	36.440	19.287
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	225.076	198.469
1.01.08.03	Outros	225.076	198.469
1.01.08.03.01	Outros créditos	225.058	194.851
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	18	9
1.01.08.03.05	Outros créditos - venda participação	0	3.609
1.02	Ativo Não Circulante	27.547.701	24.570.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.700.147	2.659.601
1.02.01.07	Tributos Diferidos	374.745	368.132
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	374.745	368.132
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2	3
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.325.400	2.291.466
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	188.515	186.418
1.02.01.10.04	Outros créditos	73.685	92.610
1.02.01.10.05	Aplicações financeiras - conta reserva	177.372	169.830
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	334.460	331.081
1.02.01.10.09	Outros créditos - conta reserva - poder concedente	1.551.368	1.511.527
1.02.03	Imobilizado	661.456	599.508
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	661.456	599.508
1.02.04	Intangível	24.186.098	21.310.938
1.02.04.01	Intangíveis	24.186.098	21.310.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	32.438.540	29.296.082
2.01	Passivo Circulante	5.407.751	7.054.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	118.787	143.346
2.01.01.01	Obrigações Sociais	118.787	143.346
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	118.787	143.346
2.01.02	Fornecedores	332.259	424.426
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	332.259	424.426
2.01.02.01.01	Fornecedores	319.943	415.797
2.01.02.01.02	Fornecedores - Risco sacado	0	2.412
2.01.02.01.03	Fornecedores FIDC	12.316	6.217
2.01.03	Obrigações Fiscais	255.316	228.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	255.316	228.171
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	158.316	129.714
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	97.000	98.457
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.729.393	5.465.536
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.276	154.266
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.276	154.266
2.01.04.02	Debêntures	3.567.117	5.311.270
2.01.04.02.01	Debêntures	3.567.117	5.311.270
2.01.05	Outras Obrigações	798.840	663.089
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.106	161.996
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	117.106	161.996
2.01.05.02	Outros	681.734	501.093
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	216.958	216.958
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	48.046	26.376
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	266.839	114.542
2.01.05.02.08	Acordo de leniência	13.056	12.756
2.01.05.02.09	Acordo de não persecução cível - ANPC	21.705	22.717
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	115.130	107.744
2.01.06	Provisões	173.156	130.122
2.01.06.02	Outras Provisões	173.156	130.122
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	133.316	129.874
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	39.840	248
2.02	Passivo Não Circulante	23.203.564	18.550.846
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.291.302	14.569.385
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.922.573	2.929.973
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.922.573	2.929.973
2.02.01.02	Debêntures	16.368.729	11.639.412
2.02.01.02.01	Debêntures	16.368.729	11.639.412
2.02.02	Outras Obrigações	3.204.510	3.159.103
2.02.02.02	Outros	3.204.510	3.159.103
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	2.718.590	2.661.554
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	266.689	254.608
2.02.02.02.06	Acordo de leniência	898	898
2.02.02.02.07	Acordo de não persecução cível - ANPC	87.366	107.592

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	130.967	134.451
2.02.03	Tributos Diferidos	142.021	133.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.021	133.667
2.02.04	Provisões	565.731	688.691
2.02.04.02	Outras Provisões	565.731	688.691
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	194.929	199.507
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	66.234	65.446
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	304.568	423.738
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.827.225	3.690.546
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.311.287	1.311.287
2.03.04.01	Reserva Legal	86.246	86.246
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.225.041	1.225.041
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	146.654	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	253.211	263.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.426.119	2.126.716
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.412.702	-1.194.091
3.03	Resultado Bruto	1.013.417	932.625
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-82.902	-86.575
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.757	-86.837
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	855	262
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidadas	855	262
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	930.515	846.050
3.06	Resultado Financeiro	-623.601	-412.559
3.06.01	Receitas Financeiras	136.633	129.483
3.06.02	Despesas Financeiras	-760.234	-542.042
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	306.914	433.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-170.235	-195.929
3.08.01	Corrente	-168.494	-174.617
3.08.02	Diferido	-1.741	-21.312
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	136.679	237.562
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	136.679	237.562
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	146.654	231.372
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.975	6.190
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21082	0,33261
3.99.01.02	ON	0,21082	0,33261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21082	0,33261
3.99.02.02	ON	0,21082	0,33261

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	136.679	237.562
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	136.679	237.562
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	146.654	231.372
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.975	6.190

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	928.342	740.485
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.421.462	1.269.973
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	136.679	237.562
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	303.296	216.825
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	33.416	18.059
6.01.01.05	Capitalização de juros	-99.525	-117.910
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	773.973	588.837
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	17.665	23.124
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção e construção de obras futuras	28.873	33.144
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-312	2.102
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com poder concedente	84.734	69.415
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.224	-1.917
6.01.01.12	Tributos diferidos	1.741	21.312
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	168.494	174.617
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-8.329	-5.775
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-26	-266
6.01.01.17	Atualização monetária e provisão outras contas a pagar	1.826	1.447
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-19.832	0
6.01.01.19	Provisão e atual. mon. acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	4.392	5.590
6.01.01.20	Atualização monetária, AVP e amortização do ativo sujeito a indenização	-3.379	3.807
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-493.120	-529.488
6.01.02.01	Clientes	-65.251	-30.924
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-31.637	10.335
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-17.152	-10.461
6.01.02.04	Depósitos judiciais	127	-185
6.01.02.05	Outros créditos	-10.692	-26.473
6.01.02.06	Fornecedores, FIDC e risco sacado	-92.167	-131.127
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-24.559	10.918
6.01.02.08	Partes relacionadas	-44.899	-57.607
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.457	-11.835
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-5.821	-17.905
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-28.591	-47.109
6.01.02.12	Pagamento de obrigações com poder concedente	-37.337	-37.435
6.01.02.13	Outras contas a pagar	31.538	13.006
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-139.892	-168.515
6.01.02.15	Pagamento acordo de leniência / ex-executivos colaboradores / não persecução cível - ANPC	-25.330	-24.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.085.472	-696.828
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-33.977	-41.324

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.02.02	Aquisição de intangível	-3.049.617	-598.661
6.02.03	Aplicações financeiras	965.032	-95.622
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	29.455	33.842
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	3.635	4.937
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.174.674	802.882
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.061.953	-423.116
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-481.372	-326.668
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.727.121	1.582.134
6.03.05	Pagamento de obrigações com poder concedente	-9.122	-26.189
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	0	-3.279
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.017.544	846.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.337.602	3.524.241
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.355.146	4.370.780

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.654	0	146.654	-9.975	136.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.654	0	146.654	-9.975	136.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	146.654	0	3.574.014	253.211	3.827.225

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.372	0	231.372	6.190	237.562
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.372	0	231.372	6.190	237.562
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	231.372	0	2.969.358	254.464	3.223.822

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	2.628.347	2.300.527
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.839.711	1.666.612
7.01.02	Outras Receitas	31.366	28.868
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	757.270	605.047
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.058.650	-915.095
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-998.748	-866.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.270	-35.182
7.02.04	Outros	-21.632	-13.096
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.569.697	1.385.432
7.04	Retenções	-303.296	-216.825
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-303.296	-216.825
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.266.401	1.168.607
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	137.488	129.745
7.06.02	Receitas Financeiras	136.633	129.483
7.06.03	Outros	855	262
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	855	262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.403.889	1.298.352
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.403.889	1.298.352
7.08.01	Pessoal	147.598	155.263
7.08.01.01	Remuneração Direta	110.761	125.346
7.08.01.02	Benefícios	29.475	23.388
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.362	6.529
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	350.831	356.644
7.08.02.01	Federais	256.565	272.270
7.08.02.03	Municipais	94.266	84.374
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	768.781	548.883
7.08.03.01	Juros	400.223	328.333
7.08.03.02	Aluguéis	8.547	6.841
7.08.03.03	Outras	360.011	213.709
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	136.679	237.562
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.654	231.372
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-9.975	6.190

Comentário do Desempenho

Resultados Consolidados

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Concessões Rodoviárias	1.721,0	1.577,9	9,1%
Receita de Construção	757,3	605,0	25,2%
Ecoporto Santos	138,3	100,6	37,5%
Ecopátio Cubatão	11,3	16,4	-31,4%
Serviços	137,7	114,5	20,3%
Eliminações	(137,2)	(114,0)	20,4%
RECEITA BRUTA	2.628,3	2.300,5	14,2%
(-) Receita de Construção	(757,3)	(605,0)	25,2%
RECEITA BRUTA AJUSTADA	1.871,1	1.695,5	10,4%

A receita bruta ajustada, excluindo a receita de construção, atingiu R\$1.871,1 milhões no 1T25 (+10,4%) devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista (parcialmente em 04 de março/25) e Ecovias Raposo Castello (parcialmente em 30 de março/25). A receita bruta comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, apresentou aumento de 9,9% no 1T25 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Concessões rodoviárias: R\$1.721,0 milhões no 1T25 (+9,1%) devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello. Adicionalmente, no 1T25, a Companhia realizou a provisão de receita referente ao reajuste das tarifas de pedágio não aplicado pelo poder concedente em janeiro/25 (R\$19,8 milhões). A receita bruta comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, apresentou aumento de 8,5% no 1T25 devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Ecoporto Santos: R\$138,3 milhões no 1T25 (+37,5%) devido ao aumento de contratos *spot*.

Ecopátio Cubatão: R\$11,3 milhões no 1T25 (-31,4%) em função da redução das exportações de açúcar pelo Porto de Santos.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Pessoal	147,6	155,3	-4,9%
Conservação e Manutenção	63,7	76,8	-17,1%
Serviços de Terceiros	103,7	96,6	7,3%
Seguros, Poder Concedente e Locações	55,8	51,4	8,7%
Outros	43,9	53,1	-17,3%
CUSTOS CAIXA	414,8	433,2	-4,2%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	386,5	400,8	-3,6%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹ ex-Ecoporto Santos	314,3	338,6	-7,2%
Custo de Construção de Obras	757,3	605,0	25,2%
Provisão para Manutenção	21,1	25,9	-18,4%
Depreciação e Amortização	303,3	216,8	39,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.496,5	1.280,9	16,8%

1) Exclui custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

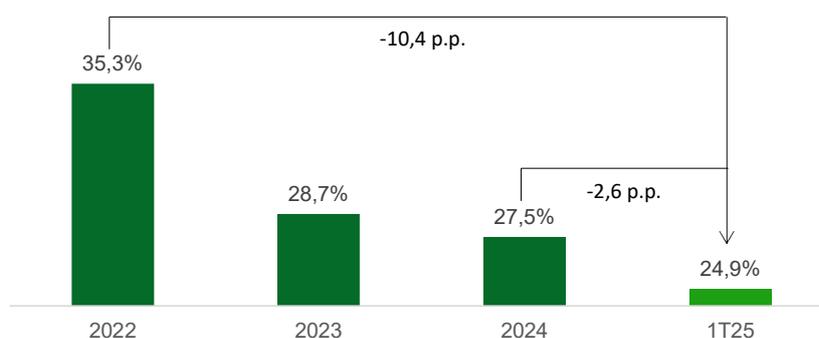
Comentário do Desempenho

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.496,5 milhões no 1T25 (+16,8%). Os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização atingiram R\$414,8 milhões no 1T25 (-4,2%).

Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello totalizaram R\$386,5 milhões no 1T25 (-3,6%) devido à redução em **Pessoal**, em função da capitalização dos colaboradores das equipes de engenharia dedicados à gestão e execução dos investimentos (*capex*), **Conservação e Manutenção** devido à readequação dos contratos de prestação de serviços e locação de equipamentos, proporcionando ganhos de eficiência na gestão dos contratos, além do ciclo de serviços nas rodovias, impactado pelo maior volume de chuvas no período e **Outros**, em razão da diminuição de provisões para contingências cíveis e trabalhistas. **Os custos caixa ajustado ex-Ecoporto, cuja operação encontra-se em regime de Contrato de Transição, apresentaram redução de 7,2% no 1T25.**

Custo caixa / Receita Líquida ajustada (%)

No 1T25, os custos caixa/receita líquida ajustada atingiram **24,9%**, redução de **2,6 p.p. em relação a 2024 (27,5%)** e **10,4 p.p. em relação a 2022 (35,3%)**. As reduções – consecutivas – devem-se às iniciativas de eficiência operacional, transformação digital e inovação. A EcoRodovias consolidou estruturas organizacionais por região, entre as concessões localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e a integração de Centros de Controle Operacional no Núcleo São Paulo de Operações. Adicionalmente, aumentou a produtividade na gestão das operações pela automatização da arrecadação de pedágio, por meio de *cabines de autoatendimento*, para pagamento com cartões de débito/crédito, *cabines autônomas*, para pagamento por meio de dinheiro e cartões de débito/crédito e *pórticos free flow*, para arrecadação eletrônica de pedágio sem cancela. Também realizou a implantação, pioneira, do *MDF-e* para a cobrança de pedágio de eixos-suspensos de caminhões não-vazios e o *HS-WIM* (pesagem de caminhões na velocidade da rodovia – em teste), em substituição às balanças convencionais. Novas iniciativas de transformação digital e inovação estão em constante desenvolvimento para a evolução da eficiência operacional.



Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Concessões Rodoviárias	376,7	390,8	-3,6%
Ecoporto Santos	72,2	62,2	16,1%
Ecopátio Cubatão	5,9	5,6	5,3%
Serviços e Holding	89,0	83,0	7,2%
Eliminações	(129,1)	(108,5)	19,0%
CUSTOS CAIXA	414,8	433,2	-4,2%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	386,5	400,8	-3,6%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹ ex-Ecoporto Santos	314,3	338,6	-7,2%
Custo de Construção de Obras	757,3	605,0	25,2%
Provisão para Manutenção	21,1	25,9	-18,4%
Depreciação e Amortização	303,3	216,8	39,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.496,5	1.280,9	16,8%

1) Exclui custos e despesas da Ecocatarratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$376,7 milhões no 1T25 (-3,6%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, totalizaram R\$345,1 milhões no 1T25 (-2,2%) devido, principalmente, à redução em **Conservação e Manutenção**, em função da readequação dos contratos de prestação de serviços e locação de equipamentos, proporcionando ganhos de eficiência na gestão dos contratos, além do ciclo de serviços nas rodovias, impactado pelo maior volume de chuvas no período e **Outros**, em razão da diminuição de provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

Os custos caixa do Ecoporto totalizaram R\$72,2 milhões no 1T25 (+16,1%) devido, principalmente, ao incremento em Seguros, Poder Concete e Locações.

Os custos caixa do Ecopátio Cubatão totalizaram R\$5,9 milhões no 1T25 (+5,3%) devido, principalmente, ao incremento em Outros, em função da provisão de tributo (não-caixa): IPTU.

Os custos caixa de Serviços e Holding totalizaram R\$89,0 milhões no 1T25 (+7,2%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando os serviços prestados para a Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, totalizaram R\$87,0 milhões no 1T25 (+7,0%) devido, principalmente, à variação em Pessoal, em razão do acordo coletivo de trabalho.

EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	146,7	231,4	-36,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(10,0)	6,2	n.m.
Lucro Líquido	136,7	237,6	-42,5%
(+) Depreciação e Amortização	303,3	216,8	39,9%
(+) Resultado Financeiro	623,6	412,6	51,2%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	170,2	195,9	-13,1%
EBITDA¹	1.233,8	1.062,9	16,1%
(+) Provisão para Manutenção	21,1	25,9	-18,4%
EBITDA AJUSTADO²	1.254,9	1.088,8	15,3%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	75,2%	71,5%	3,7 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.254,9 milhões no 1T25 (+15,3%) devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio

Comentário do Desempenho

pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castelo. O EBITDA ajustado desconsidera a receita e o custo de construção e a provisão para manutenção. **A margem EBITDA ajustada atingiu 75,2% no 1T25 (+3,7 p.p.). Destaque para a margem EBITDA ajustada das concessões rodoviárias no 1T25: 76,1%.** O EBITDA comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castelo, apresentou aumento de 14,3% no 1T25 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	1T25	Margem	1T24	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	1.198,1	76,1%	1.053,3	72,9%	13,7%
Ecoporto Santos	25,7	26,3%	12,4	16,6%	107,8%
Serviços e Holding	26,9	21,8%	14,5	14,1%	85,1%
Ecopátio Cubatão	4,2	41,7%	8,5	60,3%	-50,4%
EBITDA AJUSTADO¹	1.254,9	75,2%	1.088,7	71,5%	15,3%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA²	1.668,8		1.521,7		9,7%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui Receita de Construção.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Juros sobre Debêntures	(437,6)	(395,6)	10,6%
Varição Monetária sobre Debêntures	(227,0)	(115,2)	97,1%
Juros sobre Financiamentos	(55,5)	(46,0)	20,6%
Efeitos Financeiros sobre Direito de Outorga	(47,2)	(32,5)	45,1%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(28,4)	(14,5)	96,0%
Receitas de Aplicações Financeiras	125,8	124,7	0,9%
Ajuste a Valor Presente	(7,8)	(7,3)	6,8%
Outros Efeitos Financeiros	50,6	76,8	-34,1%
Varição monetária de ativo sujeito à indenização	3,4	(2,9)	n.m.
RESULTADO FINANCEIRO	(623,6)	(412,6)	51,2%

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$211,0 milhões no 1T25 (+51,2%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- i. **Juros sobre debêntures:** +R\$41,9 milhões devido ao aumento do CDI.
- ii. **Varição monetária sobre debêntures:** +R\$111,8 milhões em função do aumento do endividamento em debêntures indexadas ao IPCA e à variação do índice, cujo pagamento é realizado na amortização/liquidação de principal.
- iii. **Juros sobre financiamentos:** +R\$9,5 milhões devido aos desembolsos dos empréstimos do BNDES para a Ecovias Araguaia e Ecovias Norte Minas.
- iv. **Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** +R\$14,7 milhões (não-caixa) devido ao aumento do IPCA.
- v. **Receita de aplicações financeiras:** +R\$1,1 milhão em função do incremento do saldo médio de caixa.
- vi. **Outros efeitos financeiros:** variação devido, principalmente, à redução dos juros capitalizados.
- vii. **Varição monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto.

Os juros pagos totalizaram R\$481,4 milhões no 1T25 (+47,4%).

Comentário do Desempenho

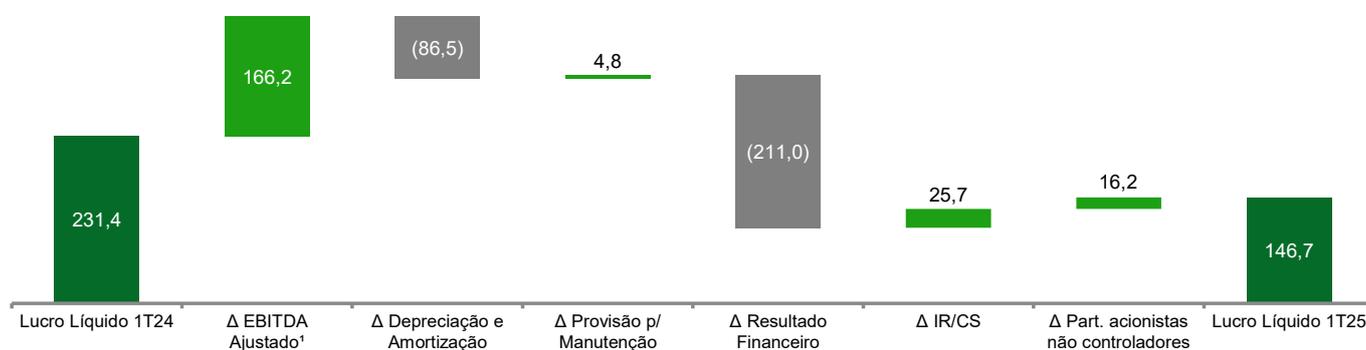
Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$170,2 milhões no 1T25 (-13,1%). Os impostos pagos totalizaram R\$139,9 milhões no 1T25 (-17,0%).

Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	146,7	231,4	-36,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(10,0)	6,2	n.m.
LUCRO LÍQUIDO	136,7	237,6	-42,5%

Evolução do Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores (em milhões de R\$)



1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O lucro líquido, atribuído aos acionistas controladores, totalizou R\$146,7 milhões no 1T25 (-36,6%) devido ao aumento da depreciação e amortização, em razão do incremento da base de ativos (intangível) e do resultado financeiro, em função do aumento do endividamento, taxa de juros e IPCA.

Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta atingiu R\$23.020,7 milhões em março de 2025, aumento de 14,9% em relação a dezembro/24 devido, principalmente, à 1ª emissão de debêntures da Ecovias Raposo Castello, 7ª emissão de debêntures da Ecovias Imigrantes e 4ª emissão de debêntures da Ecovias Rio Minas.

Em março/25, a **Ecovias Raposo Castello** emitiu R\$2.200,0 milhões em debêntures, ao custo de IPCA+8,18% a.a. e vencimento em março/2029 para o pagamento da outorga fixa ao poder concedente.

Em fevereiro/25, a **Ecovias Imigrantes** emitiu R\$1.400,0 milhões em debêntures, ao custo de CDI+1,25% a.a. e vencimento em fevereiro/2032.

Em janeiro/25, a **Ecovias Rio Minas** emitiu R\$7.320,6 milhões em debêntures incentivadas, em 5 (cinco) séries, por meio do BNDES e bancos comerciais, vencimento em setembro/2047 e amortizações semestrais customizadas entre setembro/2031 e setembro/2047. As debêntures da primeira série, no valor de R\$1.350,0 milhões, foram integralizadas em fevereiro/25. As demais séries serão integralizadas pelo BNDES, mediante as integralizações proporcionais ao contrato de financiamento BNDES/FINEM, conforme o cronograma de execução das obras – pari passu: previstas entre 2026 e 2030 e condições previstas na escritura da emissão. O contrato de financiamento BNDES/FINEM foi firmado em janeiro/25, no valor de R\$663,4 milhões, vencimento em setembro/2047 e amortizações mensais entre março/2031 e setembro/2047, pelo sistema *price* com capitalização do IPCA. Portanto, os financiamentos totalizam R\$7.984,0 milhões.

Comentário do Desempenho

A Ecovias Rio Minas poderá substituir a utilização dos recursos da 5ª série e do Subcrédito C pela contratação de dívida adicional de valor equivalente, a taxa de juros inferiores, desde que obedecidos os requisitos mínimos estabelecidos na escritura da 4ª emissão de debêntures.

4ª emissão de debêntures incentivadas da EcoRioMinas		
Séries	Valores (em R\$ mil)	Custos
1ª	1.350.000	IPCA + 8,39% a.a.
2ª (verde)	540.000	IPCA + 7,65% a.a.
3ª	3.543.762	IPCA + 7,65% a.a.
4ª	1.436.850	IPCA + 7,65% a.a.
5ª	450.000	IPCA + 10,13% a.a.
Total	7.320.612	

BNDES/FINEM		
Subcréditos	Valores (em R\$ mil)	Custos
V (verde)	60.000	IPCA + 9,60% a.a.
A	393.751	IPCA + 9,60% a.a.
B	159.650	IPCA + 9,60% a.a.
C	50.000	IPCA + 10,27% a.a.
Total	663.401	

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$4.069,8 milhões em março de 2025, aumento de 0,8% em relação ao saldo de dezembro/24 (R\$4.038,4 milhões).

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou março de 2025 em 3,9x, aumento de 0,5x em relação a dezembro/24 (3,4x). A alavancagem normalizada (pro forma), considerando o EBITDA ajustado anualizado da Ecovias Raposo Castello em 12 meses (abril/25-março/26), atingiria 3,5x no 1T25.

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou março de 2025 em 3,9x, aumento de 0,6x em relação a dezembro/24 (3,3x).

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2025	31/12/2024	Var.
Curto Prazo	3.729,4	5.465,5	-31,8%
Longo Prazo	19.291,3	14.569,4	32,4%
Dívida Bruta Total ¹	23.020,7	20.034,9	14,9%
(-) Caixa e equivalentes	4.069,8	4.038,4	0,8%
Dívida Líquida	18.950,9	15.996,5	18,5%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado² UDM³	3,9x	3,4x	0,5x

1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

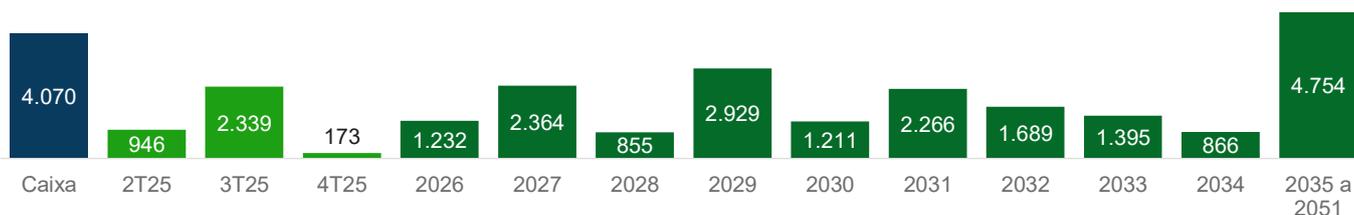
2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

3) UDM = últimos 12 meses.

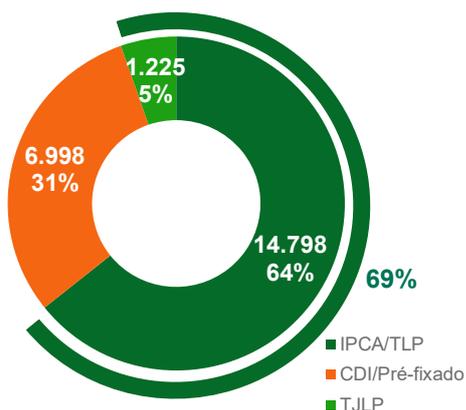
Cronograma de amortização da dívida bruta em 31/03/2025 (em milhões de R\$):

No 2T25, os vencimentos totalizam R\$946,1 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$416,0 milhões, sendo na Ecovias Sul: R\$160,6 milhões, Ecovias Noroeste Paulista: R\$135,1 milhões e outras: R\$120,3 milhões e entre a holding/subholdings: R\$530,1 milhões, sendo na EcoRodovias Concessões e Serviços: R\$438,9 milhões e na EcoRodovias Infraestrutura e Logística: R\$91,3 milhões. No 2S25, os vencimentos totalizam R\$2.511,9 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$2.461,0 milhões, sendo na Ecovias Noroeste Paulista: R\$2.197,7 milhões e outras: R\$263,3 milhões e entre a holding/subholdings: R\$50,9 milhões. O vencimento do empréstimo-ponte da Ecovias Noroeste Paulista, previsto para setembro/2025, será liquidado por meio do financiamento de longo prazo, atualmente, em fase avançada de estruturação.

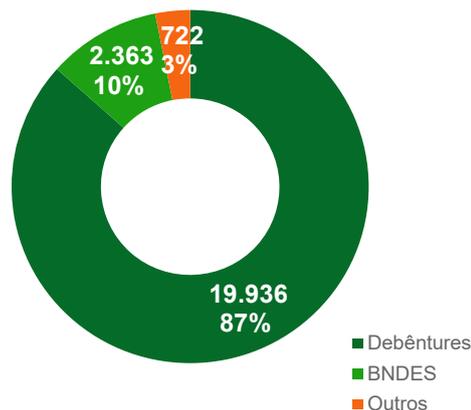
Comentário do Desempenho



Dívida Bruta – 31/03/2025
por indexador (em R\$ milhões e %)



Dívida Bruta – 31/03/2025
por instrumento (em R\$ milhões e %)

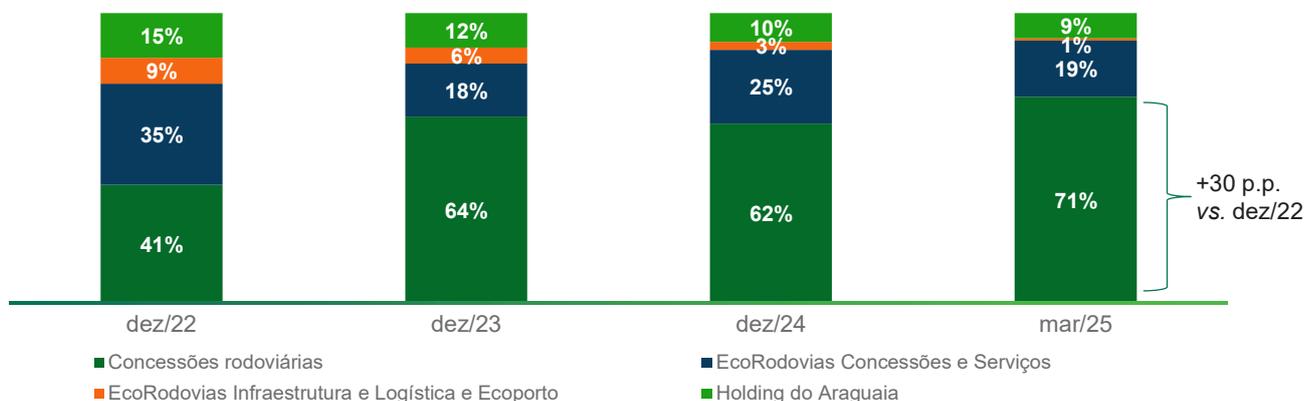


BNDES: financiamentos contratados, a serem desembolsados, de acordo com a execução do *capex* – em 31/03/2025 (em milhões de R\$)

Financiamentos contratados por concessão (em milhões de R\$)	Valor do contrato	Valor desembolsado	Valor a desembolsar
Ecovias Norte Minas	996,4	774,0	222,3
Ecovias Minas Goiás	1.102,7	1.049,1	62,7
Ecovias Araguaia	3.621,0	854,8	2.766,2
Ecovias Rio Minas	7.984,0	1.350,0	6.634,0
Total	13.704,0	4.027,9	9.685,2

Liability management (Alocação da dívida líquida)

A partir de 2023, a EcoRodovias otimizou a estrutura de capital aumentando a participação da dívida nas concessões rodoviárias. No 1T25, a dívida líquida das concessões rodoviárias atingiu 71% da dívida líquida consolidada (+30 p.p. vs. dez/22) e das *holdings*, 29%.



Comentário do Desempenho

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX ¹ (em milhões de R\$)	1T25		Total
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	
Concessões Rodoviárias	895,3	28,6	923,9
Ecovias Imigrantes	57,4	1,6	59,0
Ecovias Leste Paulista	37,9	1,7	39,5
Ecovias Sul	13,7	8,1	21,8
Ecovias 101	59,7	7,8	67,4
Ecovias Ponte	8,3	0,5	8,8
Ecovias Norte Minas	112,3	2,9	115,2
Ecovias Minas Goiás	44,2	5,5	49,6
Ecovias Cerrado	83,6	0,6	84,2
Ecovias Araguaia	42,4	-	42,4
Ecovias Rio Minas	192,0	-	192,0
Ecovias Noroeste Paulista	192,3	-	192,3
Ecovias Raposo Castello	51,7	-	51,7
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	3,5	-	3,5
Outros ²	24,1	-	24,1
Eliminações	(8,0)	-	(8,0)
CAPEX	914,9	28,6	943,5
Outorga ao Poder Concedente - Ecovias Raposo Castello	2.268,2	-	2.268,2
Total	3.183,1	28,6	3.211,7

1) Considera investimentos contratuais, investimentos não contratuais (pleitos e melhorias) e capitalização de encargos financeiros.

2) Considera Serviços e Holding.

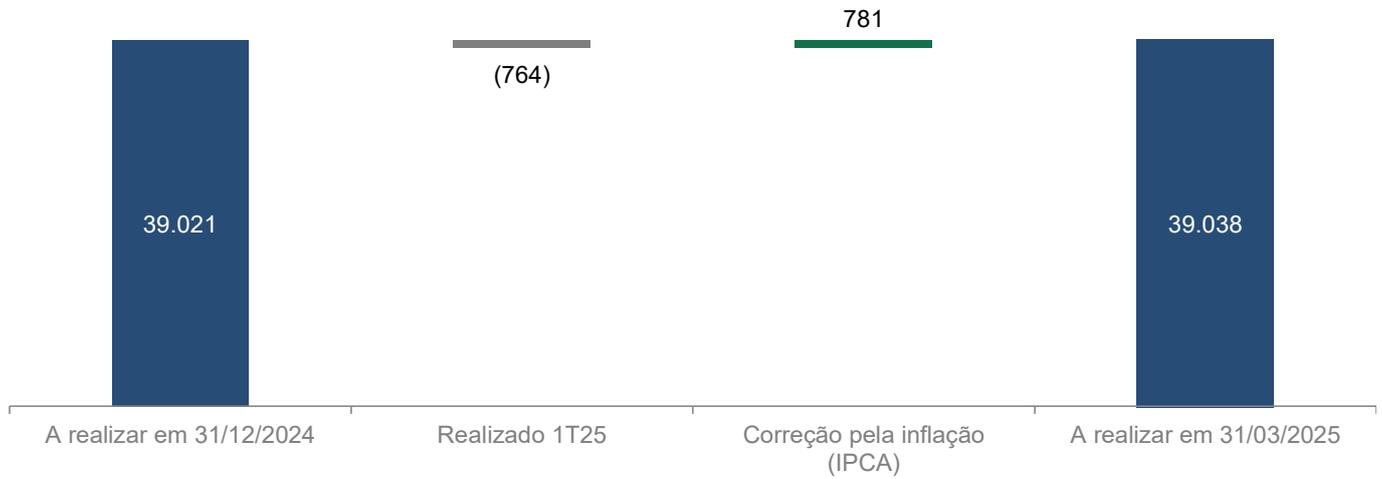
No **1T25**, o *capex* realizado totalizou R\$943,5 milhões e destinaram-se, principalmente, às: obras de ampliação da capacidade, melhorias e conservação especial de pavimento na Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Norte Minas. Considerando a outorga ao poder concedente da Ecovias Raposo Castello, os investimentos totalizaram R\$3.211,7 milhões no 1T25.

Adicionalmente, a Companhia destaca as seguintes **entregas de obras de ampliação da capacidade e melhorias das concessões rodoviárias**:

A **Ecovias Norte Minas** entregou 7 km de duplicações, sendo 4 km em Montes Claros/MG e 3 km em Corinto/MG. Já a **Ecovias 101** entregou um novo retorno em desnível em Cariacica/ES e concluiu a implantação do trevo de acesso à Jabaquara/ES e à rodovia ES-146, que conecta a BR-101 à comunidade de Ubu.

Comentário do Desempenho

Evolução do *capex* contratual a realizar das concessões rodoviárias (em milhões de R\$)



Nota: Não considera juros capitalizados, outros investimentos não contratuais e Ecovias Raposo Castello.

No **1T25**, o *capex* contratual a realizar totalizou R\$39.037,6 milhões, estável em relação ao trimestre anterior.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui doze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias” ou “Grupo”) estão sumarizadas na Nota 11.

1.1 Principais eventos ocorridos no trimestre findo em 31 de março de 2025

Reposicionamento estratégico de marca

Em março de 2025, a Companhia comunicou ao Mercado, o lançamento do reposicionamento estratégico de sua marca, guiado pelo propósito de “viabilizar caminhos nunca antes imaginados”, que reúne todas as concessionárias sobre um mesmo nome: **Ecovias**.

Os nomes das concessionárias de rodovias foram atualizados, conforme tabela abaixo:

Nome antigo	Novo nome ¹
Ecovias dos Imigrantes	Ecovias Imigrantes
Ecopistas	Ecovias Leste Paulista
Ecosul	Ecovias Sul
Eco101	Ecovias 101
Ecoponte	Ecovias Ponte
Eco135	Ecovias Norte Minas
Eco050	Ecovias Minas Goiás
Ecovias do Cerrado	Ecovias Cerrado
Ecovias do Araguaia	Ecovias Araguaia
EcoRioMinas	Ecovias Rio Minas
EcoNoroeste	Ecovias Noroeste Paulista

¹ Novos nomes fantasia, sem alteração nas razões sociais

Reequilíbrio econômico-financeiro – Ecovias Norte Minas

Em 29 de janeiro de 2025, a controlada indireta Ecovias Norte Minas e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA (“Poder Concedente”), celebraram o Segundo Termo Aditivo (“2º Termo Aditivo”) ao Contrato de Concessão SETOP 004/2018 da BR-135 (“Contrato de Concessão”), com o objetivo de autorizar o reequilíbrio econômico-financeiro em razão do saldo de créditos e débitos dos pleitos apurados no âmbito da Primeira Revisão Ordinária, assim como o crédito previsto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“1º Termo Aditivo”), celebrado em 29 de junho de 2022.

A apuração do saldo de débitos e créditos do 2º Termo Aditivo determinou a revisão do período de desconto de pagamento da outorga de 30 parcelas – definidas anteriormente, quando da assinatura do 1º Termo Aditivo, referente à inclusão do Contorno de Montes Claros, para 11 parcelas, contados a partir de fevereiro de 2025.

Assunção trecho TEBE – Ecovias Noroeste Paulista

Em 04 de março de 2025, a partir da zero hora, a controlada indireta Ecovias Noroeste Paulista, assumiu a operação e a gestão do trecho anteriormente operado pela concessionária TEBE, com 158,2 km de extensão e três praças de pedágio, cuja representatividade da receita da Concessionária é de cerca de 20%. Portanto, a

Notas Explicativas

Ecovias Noroeste Paulista passou a deter a arrecadação integral de receita de pedágio prevista no contrato de concessão.

Emissões de dívidas

As principais emissões de dívida no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão identificadas abaixo, sendo todas debêntures. Para mais informações ver Nota 16.

Companhia	Emissão	Série	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Valor Nominal
Ecovias Rio Minas	4 ^a	Única	15/01/2025	Set/2047	IPCA + 8,3939% a.a.	1.350.000
Ecovias Raposo Castello	1 ^a	Única	15/02/2025	Mar/2029	IPCA + 8,1773% a.a.	2.200.000
Ecovias Imigrantes	7 ^a	Única	25/02/2025	Fev/2032	CDI + 1,25% a.a.	1.400.000

Os principais pagamentos de dívida no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão identificadas abaixo. Para mais informações ver Notas 15 e 16.

Companhia	Emissão	Série	Data emissão	Data da liquidação	Valor pago (princ. e juros)
Ecovias Imigrantes	5 ^a	Única	28/03/2023	10/03/2025	952.533
Ecovias Rio Minas	2 ^a	Única	11/09/2023	28/02/2025	481.446
Ecovias Rio Minas	3 ^a	Única	05/04/2024	28/02/2025	439.876

Assinatura do contrato e início da cobrança de pedágio Ecovias Raposo Castello

Em 14 de março de 2025, foi assinado o Contrato de Concessão, entre a controlada indireta Ecovias Raposo Castello e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI (“Poder Concedente”), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estrada de Rodagem – DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para a exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial, do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposo, composto por trechos das rodovias SP-270/280/029 e trecho Cotia-Embu das Artes, com extensão total de 92 km, incluindo 41 km do sistema anteriormente administrado pela Concessionária CCR ViaOeste.

A operação e gestão do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposo, foi assumido pela controlada indireta a partir da zero hora de 30 de março de 2025.

Processo Competitivo – Ecovias 101

Em 17 de março de 2025, a controlada indireta Ecovias 101, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“ANTT”), firmaram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União – TCU (“TCU”), o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução de controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA.

Adicionalmente, a Companhia informa que a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou e autorizou, em 17 de março de 2025, a publicação do Edital para a realização do processo competitivo, por meio de leilão e o critério de julgamento da melhor proposta pelo menor valor da tarifa de pedágio.

Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado o Aditivo ao Contrato de Concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-101/ES/BA e assegurando o interesse e segurança dos usuários. Para mais informações ver Nota 21.3.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*” e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024”), publicadas no dia 19 de março de 2025 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

2.1 Aprovação das Informações Trimestrais

Em 07 de maio de 2025, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 08 de maio de 2025.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETRAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2025, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período findo em 31 de março de 2025, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	8	8	32.265	28.019
Equivalentes de caixa				
Fundos de investimento (a)	9.824	3.202	1.978.612	2.152.421
Operações compromissadas (b)	-	-	46.917	18.879
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	1.270.477	97.505
Aplicações automáticas (d)	194	244	26.875	40.778
	<u>10.026</u>	<u>3.454</u>	<u>3.355.146</u>	<u>2.337.602</u>

(a) Em 31 de março de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 18,3% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 81,7% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,8% em 31 de março de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 89,8% do CDI em 31 de março de 2025 (91,4% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.

Notas Explicativas

- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 101,8% do CDI em 31 de março de 2025 (100,9% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cotas Fundo BTG CDB Plus (a)	2.103	2.055	423.460	1.381.275
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	94	39	19.127	26.344
	<u>2.197</u>	<u>2.094</u>	<u>442.587</u>	<u>1.407.619</u>

- (a) Em 31 de março de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 101,8% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.
- (b) Em 31 de março de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 101,8% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de março de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores é de R\$12.316.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

	31/03/2025	31/12/2024
Fundos de investimento	200.126	237.507
Certificado de depósito bancário (CDB)	71.968	55.666
Conta corrente – Reserva	-	47
	<u>272.094</u>	<u>293.220</u>
Circulante	94.722	123.390
Não circulante	177.372	169.830

Em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas**8. CLIENTES - CONSOLIDADO**

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pedágio eletrônico	455.728	407.320
Receitas acessórias	17.903	16.391
Recebíveis de portos	28.769	24.238
Receita armazenada	20.662	21.022
Outras contas a receber	30.398	20.912
Venda de terrenos e fibra óptica	5.610	7.182
Desconto de Usuário Frequente (DUF)	3.246	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	<u>(10.915)</u>	<u>(11.227)</u>
	<u>551.401</u>	<u>485.838</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	549.236	482.765
Vencidos:		
Até 30 dias	2.580	3.870
De 31 a 90 dias	1.350	1.096
De 90 a 120 dias	263	1.002
Acima de 120 dias	8.887	8.332
	<u>562.316</u>	<u>497.065</u>

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Saldo no início do período	(11.227)	(7.133)
Valores recuperados	2.426	1.551
Constituição de PECLD	<u>(2.114)</u>	<u>(3.653)</u>
Saldo no fim do período	<u>(10.915)</u>	<u>(9.235)</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO**9.1 Poder concedente**

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ecovias Araguaia	1.531.388	1.474.470
Ecovias Rio Minas	15.915	33.981
Ecovias Noroeste Paulista	4.065	3.076
	<u>1.551.368</u>	<u>1.511.527</u>

9.2 Ativo sujeito a indenização

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro	334.460	331.081
Residual ativo imobilizado	5	8
	<u>334.465</u>	<u>331.089</u>

Notas Explicativas**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO**

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza:</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cível	14.092	13.783
Tributário	5.897	5.837
Trabalhista	11.008	11.815
Desapropriações	29.062	28.706
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	101.188	99.896
Órgão Regulador	27.268	26.381
	<u>188.515</u>	<u>186.418</u>

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS**

11.1 Controladora

	31/12/2024	Dividendos propostos	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/03/2025
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS")	3.615.266	(90.938)	-	153.823	3.678.151
Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto")	297.475	-	(30.000)	17.701	285.176
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares")	22.647	-	(10.000)	1.923	14.570
EIL 01 Participações S.A. ("EIL 01")	19	-	-	-	19
EIL 04 S.A. ("EIL 04")	-	-	-	-	-
EIL 06 S.A. ("EIL 06")	8	-	-	-	8
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. ("Ecopátio")	47.055	-	-	2.461	49.516
Lucros não realizados - Eco101 Conc. de Rod ("Ecovias 101")	(683)	-	-	13	(670)
	<u>3.981.787</u>	<u>(90.938)</u>	<u>(40.000)</u>	<u>175.921</u>	<u>4.026.770</u>

Notas Explicativas

11.2 Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2025</u>
Ágio – Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (“Ecovias Sul”)	641	(128)	513
	<u>641</u>	<u>(128)</u>	<u>513</u>

11.3 Dividendos a receber:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/03/2025</u>
ECS	238.766	90.938	(299.999)	29.705
EIL-01	6	-	-	6
	<u>238.772</u>	<u>90.938</u>	<u>(299.999)</u>	<u>29.711</u>

Notas Explicativas

11.4 A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2025:

<u>Controladas diretas</u>	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro/(prejuízo) líquido do período
EIL 01	25	6	19	-	-
ECS	10.191.927	6.513.776	3.678.151	122.782	153.824
Ecoporto	559.877	274.701	285.176	84.018	17.701
Termares	63.416	48.846	14.570	13.925	1.923
EIL 04	-	-	-	-	-
EIL 06	7	-	7	-	-
Ecopátio	86.477	36.961	49.516	10.147	2.461
<u>Controladas indiretas</u>					
CECM Concessão S.A. ("CECM")	10.177	8.468	1.709	-	(160)
Ecovias Sul	491.379	381.738	109.641	166.014	37.558
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias Imigrantes")	3.889.986	3.472.342	417.644	455.274	134.845
RDC Concessões S.A. ("RDC")	16.575	16.614	(39)	-	(510)
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecovias Leste Paulista")	1.851.300	1.361.085	490.215	174.413	21.873
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias 101")	1.973.924	652.430	1.321.494	112.485	(12.584)
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecovias Ponte")	752.979	565.696	187.283	51.476	3.003
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Minas Goiás")	2.374.946	1.221.540	1.153.406	127.940	4.648
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Rio Minas")	2.786.234	1.579.396	1.206.838	415.300	91.407
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Norte Minas")	3.378.223	2.775.514	602.709	193.804	(10.650)
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Ecovias Cerrado")	1.729.794	904.637	825.157	125.924	(1.824)
Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. ("Ecovias Noroeste Paulista")	2.949.377	2.570.743	378.634	357.839	50.962
Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A. ("Ecovias Raposo Castelo")	2.351.521	2.215.255	136.266	2.547	543
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia")	5.271.334	3.246.739	2.024.595	148.894	22.979
Holding do Araguaia S.A. ("Holding do Araguaia")	2.392.164	1.668.708	723.456	-	(28.500)
Argovias Administração e Participações S.A. ("Argovias")	1.168.204	14.501	1.153.703	-	4.644
EIL 05 S.A. ("EIL 05")	19.597	113	19.484	-	69
Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda. ("EDN")	34.489	828	33.661	573	287

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO**

	<i>Hardware</i> s	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	12,2	3,8	6,3	-	4,0	0,6	13,7	6,9	4,3	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2024	965.173	396.991	44.190	8.118	80.520	259.317	28.622	70.253	9.377	1.862.561
Adições	26.112	4.145	1.013	-	-	1.155	779	772	1	33.977
Baixas	(134)	-	(1)	-	-	-	(34)	-	-	(169)
Transferências	67.649	83	-	-	-	-	-	-	-	67.732
Saldos em 31/03/2025	1.058.800	401.219	45.202	8.118	80.520	260.472	29.367	71.025	9.378	1.964.101
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2024	(549.929)	(313.452)	(24.768)	-	(63.238)	(247.293)	(19.178)	(38.516)	(6.679)	(1.263.053)
Adições	(31.814)	(3.769)	(706)	-	(803)	(359)	(995)	(1.213)	(100)	(39.759)
Baixas	132	-	1	-	-	-	33	-	-	166
Transferências	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31/03/2025	(581.610)	(317.221)	(25.473)	-	(64.041)	(247.652)	(20.140)	(39.729)	(6.779)	(1.302.645)
RESIDUAL										
Em 31/03/2025	477.190	83.998	19.729	8.118	16.479	12.820	9.227	31.296	2.599	661.456
Em 31/12/2024	415.244	83.539	19.422	8.118	17.282	12.024	9.444	31.737	2.698	599.508

Em 31 de março de 2025, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de concessão (a)	Ágio Ecovias Sul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	20,0	-	-	-	-	20,0
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	10,2	-	4,5	(d)	-	10,2
CUSTO							
Saldos em 31/12/2024	24.526.031	8.561	318.775	2.910.351	1.598	515.872	28.281.188
Adições	2.614.663	-	13.044	580.229	-	32.067	3.240.003
Baixas	-	-	-	(33.430)	-	(22.925)	(56.355)
Transferências	241.009	-	7.123	(315.864)	-	-	(67.732)
Saldos em 31/03/2025	27.381.703	8.561	338.942	3.141.286	1.598	525.014	31.397.104
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2024	(6.461.247)	(7.784)	(210.426)	-	(1.270)	(289.523)	(6.970.250)
Adições	(224.606)	(128)	(8.482)	-	(18)	(30.303)	(263.537)
Baixas	-	-	-	-	-	22.782	22.782
Transferências	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/03/2025	(6.685.853)	(7.912)	(218.909)	-	(1.288)	(297.044)	(7.211.006)
RESIDUAL							
Em 31/03/2025	20.695.850	649	120.033	3.141.286	310	227.970	24.186.098
Em 31/12/2024	18.064.784	777	108.349	2.910.351	328	226.349	21.310.938

Notas Explicativas

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: consultorias, pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, outros, implantação de infraestrutura e Ônus de Concessão da Ecovias Raposo Castello (R\$2.268.212).
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de março de 2025 foram de 3,52% a.a. (3,31% a.a. em 31 de março de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em andamento" no período findo em 31 de março de 2025 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, capitalização de encargos e custos iniciais da Ecovias Raposo Castello.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis e *software*.

No período findo em 31 de março de 2025, foram capitalizados R\$99.525 referentes a encargos financeiros (R\$117.910 em 31 de março de 2024) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025	31/03/2025
Realização do ágio na incorporação:					
Ecovias Sul	454	-	(90)	364	(90)
Ecopátio	1.446	-	(72)	1.374	(72)
Argovias	14.045	-	(1)	14.044	(1)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	30.688	2.494	(504)	32.678	1.990
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	348.435	16.006	(51)	364.390	15.955
Provisão para manutenção	83.024	5.911	(6.910)	82.025	(999)
AVP ônus Concessão	21.248	9.639	(12.098)	18.789	(2.459)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.789	172	(412)	1.549	(240)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(25.119)	-	830	(24.289)	830
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(212.302)	(19.093)	2.081	(229.314)	(17.012)
Direito reequilíbrio	(21.604)	5.833	(7.242)	(23.013)	(1.409)
Outros	1.217	36	(17)	1.236	19
Lucro diferido (b)	(7.324)	1.661	86	(5.577)	1.747
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	<u>234.465</u>	<u>22.659</u>	<u>(24.400)</u>	<u>232.724</u>	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					<u>(1.741)</u>

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: ECS, Termares, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Norte Minas e EDN. No período findo em 31 de março de 2025, a controlada direta ECS não efetuou o registro de novos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

(b) Lucro diferido - Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Raposo Castello.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de março de 2025 R\$374.745 no ativo não circulante e R\$142.021 no passivo não circulante (R\$368.132 no ativo não circulante e R\$133.667 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou débito de R\$1.741 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

Notas Explicativas

14.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	146.654	231.372	306.914	433.491
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(49.862)	(78.667)	(104.351)	(147.387)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados		-	(2.205)	(1.735)
Gratificações/PPR diretores	(407)	(490)	(865)	(1.670)
Equivalência patrimonial	59.813	91.515	-	-
Despesas indedutíveis	(2)	(4)	(146)	(173)
Amortização de ágio	(44)	(44)	(327)	(811)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	738	859
Créditos tributários não constituídos (a)	(9.249)	(12.861)	(69.445)	(55.812)
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	-	(100)	(102)	(1.845)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	2.949	9.934
Outros	(249)	651	3.519	2.711
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(170.235)	(195.929)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(168.494)	(174.617)
Impostos diferidos	-	-	(1.741)	(21.312)
Taxa efetiva	-	-	55,5%	45,2%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas ECS, Ecoporto, Termares, CECM, RDC e Ecovias 101.

14.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período provisão IR/CS	129.714	158.019
Despesa IR/CS DRE	168.494	174.617
Total de IR/CS pagos	(139.892)	(168.515)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	158.316	164.121

Notas Explicativas**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO**

Modalidade	31/03/2025	31/12/2024
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2.352.301	2.351.808
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	415.923	415.209
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	104.528	105.072
CCB - FNO	201.541	201.924
Outros	10.556	10.226
	<u>3.084.849</u>	<u>3.084.239</u>
Circulante	162.276	154.266
Não circulante	2.922.573	2.929.973

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	3.084.239	2.462.598
Adições (custo)	(1.174)	63
Encargos financeiros (Nota 27)	83.866	60.474
Pagamento principal	(29.832)	(24.705)
Pagamento de juros	(52.250)	(42.106)
Saldo no fim do período	<u>3.084.849</u>	<u>2.456.324</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2025	31/12/2024
2026	126.608	159.923
2027	172.364	171.259
2028	185.308	184.119
2029	168.552	167.409
2030	161.689	160.548
Posteriores a 2030	2.108.052	2.086.715
	<u>2.922.573</u>	<u>2.929.973</u>

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato. As controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros (“*covenants*”) dos referidos contratos, exceto pelo “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, da controlada Ecovias 101. O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

Notas Explicativas

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	591.598	988.278	16.950.682	15.504.072
Adições (a)	-	-	4.728.295	1.582.071
Encargos financeiros (Nota 27)	17.788	27.920	683.404	523.751
Pagamento principal	(285.000)	(380.000)	(2.004.116)	(380.000)
Pagamento de juros	(37.244)	(63.321)	(422.419)	(279.950)
Saldo no fim do período	287.142	572.877	19.935.846	16.949.944
Circulante	192.273	288.411	3.567.117	4.864.276
Não circulante	94.869	284.466	16.368.729	12.085.668

(a) As adições no período findo em 31 de março de 2025, referem-se a:

Ecovias Rio Minas

Em 27 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias Rio Minas, aprovou a 4ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 5 (cinco) séries para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 7.320.612 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$7.320.612, remuneradas a: (i) 1ª série IPC-A + 8,3939%; (ii) 2ª, 3ª e 4ª séries IPC-A + 7,65% a.a.; e (iii) 5ª série IPC-A + 10,13%. O prazo de vencimento das debêntures será de 272 meses contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta serão destinados: (i) ao reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta; e (ii) a novos investimentos relacionados à exploração do Projeto, relativos aos trabalhos iniciais, à recuperação, à manutenção, à ampliação de capacidade e às melhorias do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado entre a controlada e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A entrada dos recursos da 1ª série, no valor de R\$1.350.000, ocorreu em 20 de fevereiro de 2025. As demais séries serão desembolsadas de acordo com o ciclo de investimentos da Concessionária e estarão sujeitas ao cumprimento das respectivas condições precedentes previstas na escritura da emissão, com data de integralização limite em 31 de dezembro de 2031.

A emissão conta com uma série de “debêntures de transição verde”, no valor de R\$540.000, com base no compromisso da Ecovias Rio Minas em destinar os recursos em investimentos relacionados a critérios de sustentabilidade.

Concessionária Ecovias Raposo Castello

Em 13 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$2.200.000, objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários “CVM” nº 160, de 13 de julho de 2022, da Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão é composta por 2.200.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$2.200.000, remuneradas a IPC-A + 8,1773% a.a. O prazo de vencimento das debêntures será de 1.489 dias contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta foram destinados integralmente ao pagamento da Outorga fixa, condição precedente para assinatura do Contrato de Concessão celebrado entre a Concessionária e a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A entrada dos recursos, ocorreu em 06 de março de 2025.

Notas Explicativas

Ecovias Imigrantes

Em 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias Imigrantes, aprovou a 7ª emissão de debêntures, simples, não conversível em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 1.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.400.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/03/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	-	(98)	(98)	190.000	(199)	189.801
2027	95.000	(33)	94.967	95.000	(32)	94.968
	95.000	(131)	94.869	285.000	(231)	284.769

	Consolidado					
	31/03/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	877.949	(43.666)	834.283	1.124.400	(37.908)	1.086.492
2027	2.247.162	(55.210)	2.191.952	2.227.788	(34.364)	2.193.424
2028	719.245	(49.287)	669.958	680.381	(28.298)	652.083
2029	2.799.354	(38.978)	2.760.376	577.168	(25.575)	551.593
2030	1.083.813	(34.062)	1.049.751	612.186	(23.359)	588.827
Posteriores a 2030	9.046.353	(183.944)	8.862.409	6.637.664	(70.671)	6.566.993
	16.773.876	(405.147)	16.368.729	11.859.587	(220.175)	11.639.412

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”), podendo ser medidos trimestral ou anualmente. As controladas da Companhia estão adimplentes com todos os referidos índices.

Abaixo a Companhia demonstra os índices que devem ser medidos trimestralmente:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
ECS	7ª	Dívida líquida(*)/Ebitda ajustado	≤3,75	4,05 (**)
	8ª	Dívida líquida(*)/Ebitda ajustado	≤4,75	3,57

(*) A definição de dívida líquida para cálculo dos *covenants*, é definida em cada contrato de dívida.

(**) Descumprimento amparado por *waiver*, aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas em 12 de março de 2025.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas ECS, Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Holding do Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de março de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação

Notas Explicativas

do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	4.407	4.745	246.097	242.195
Circulante	1.655	1.630	115.130	107.744
Não circulante	2.752	3.115	130.967	134.451

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial do período	4.745	840	242.195	188.259
Adições (Nota 13.d)	-	1.674	32.067	27.699
Baixas	-	-	(160)	-
Encargos financeiros (Nota 27)	153	74	6.703	4.612
Pagamento principal	(338)	(416)	(28.005)	(18.411)
Pagamento de juros	(153)	(74)	(6.703)	(4.612)
Saldo no fim do período	4.407	2.098	246.097	197.547

Notas Explicativas

18. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

18.1 Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos			Outras informações		
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual	
g)	Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/12/2025	169	-	13	Em até 45 dias	13	N/A	Credor	
	Saldo em 31 de março de 2025						13		13			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024						4					
	Saldo em 31 de março de 2024								-			

18.2 Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Receita	Custo	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Igli do Brasil Ltda.	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	-	5	-	Em até 45 dias	15	-	-	N/A	Credor
b)	Consórcio NN Engenharia CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. TB	Outras partes relacionadas	08/03/2024	30/04/2025	3.627	310	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	01/08/2027	442.887	297.568	-	8.361	Em até 45 dias	-	-	26.296	N/A	Devedor
d)	ICCR 135 S.A.	Outras partes relacionadas	10/06/2021	29/10/2025	992.802	41.416	-	5.810	Em até 45 dias	-	-	19.464	N/A	Devedor
e)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	07/01/2057	5.379.068	4.955.811	-	20.228	Em até 45 dias	-	-	(1.365)	N/A	Devedor
f)	SINELEC S.p.A.	Outras partes relacionadas	08/01/2025	31/12/2029	8.571	6.062	-	-	Em até 45 dias	-	-	209	N/A	Devedor
f)	SINELEC Brasil Ltda.	Outras partes relacionadas	22/01/2025	31/03/2030	20.012	13.154	-	-	Em até 45 dias	-	-	8.408	N/A	Devedor
g)	Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2024	169	4	13	-	Em até 45 dias	13	-	-	N/A	Credor
h)	ICCR Rio Minas S.A.	Outras partes relacionadas	26/09/2024	08/03/2031	5.298.821	5.253.325	-	20.429	Em até 45 dias	-	-	29.016	N/A	Devedor
i)	ICCR Noroeste Paulista S.A.	Outras partes relacionadas	01/11/2024	01/11/2029	1.401.862	1.314.171	-	62.278	Em até 45 dias	-	-	117.568	N/A	Devedor
	Saldo em 31 de março de 2025						18	117.106		28	-	199.596		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024						9	161.996						
	Saldo em 31 de março de 2024									15	515	83.124		

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) A Igli do Brasil detém 46,189% do capital social da Companhia. O contrato entre a Igli do Brasil e a controlada ECS, tem por objeto a prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;
- (b) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (50%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia para a controlada ECS;
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e a TB Transportadora de Betumes Ltda., são controladas direta e indiretamente pelo Senhor Cesar Beltrão de Almeida e pela Senhora Cristiane Maria Bonetto de Almeida (sua cônjuge), pertencentes ao Grupo CR Almeida, que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e TB é de fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas indiretas Ecovias Leste Paulista, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Cerrado e Ecovias Noroeste Paulista;
- (d) A ICCR135 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada indireta Ecovias Norte Minas;
- (e) A ICCR153 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação das rodovias BR-153/414/080/TO-GO da controlada indireta Ecovias Araguaia;
- (f) A Sinelec S.p.A e sua subsidiária brasileira Sinelec Brasil Ltda., partes relacionadas controladas pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referentes às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas Ecovias Ponte, Ecovias 101 e Ecovias Sul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a controlada ECS e suas controladas Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Cerrado;
- (g) Referente a locação de sala comercial.
- (h) A ICCR Rio Minas S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR116/RJ, BR116/MG, BR493/RJ, BR465/RJ, da controlada indireta Ecovias Rio Minas.
- (i) A ICCR Noroeste Paulista S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e

Notas Explicativas

Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural, da controlada indireta Ecovias Noroeste Paulista.

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de março de 2025 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/03/2025	31/12/2024
CECM	ECS	06/2022	12/2025	100% CDI + 1,80% a.a.	2.841	2.761
ECS	Ecovias Minas Goiás	01/2025	01/2026	100% CDI + 1,50% a.a.	30.568	-
					<u>33.409</u>	<u>2.761</u>

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025 em R\$28.478 (R\$32.920 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2025
Constituição da provisão para manutenção	2.282.236	27.749	-	-	2.309.985
Efeito do valor presente sobre constituição	(481.302)	(6.636)	-	-	(487.938)
Realização da manutenção	(1.881.256)	-	(28.552)	-	(1.909.808)
Ajuste a valor presente – realizações	409.703	-	-	6.303	416.006
	<u>329.381</u>	<u>21.113</u>	<u>(28.552)</u>	<u>6.303</u>	<u>328.245</u>
Circulante					129.874
Não circulante					199.507
					133.316
					194.929

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	Adição (intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2025
Constituição da provisão para obras futuras (a)	192.588	41.692	-	-	234.280
Efeito do valor presente sobre a constituição (a)	(51.380)	(2.730)	-	-	(54.110)
Realização da construção	(109.699)	-	(39)	630	(109.108)
Ajuste a valor presente – realizações	20.951	-	-	17	20.968
Atualização monetária	13.234	-	-	810	14.044
	<u>65.694</u>	<u>38.962</u>	<u>(39)</u>	<u>1.457</u>	<u>106.074</u>
Circulante					248
Não circulante					65.446
					39.840
					66.234

(a) As adições no período referem-se a controlada Ecovias Sul, descontados a taxa de 10,19% a.a.

Notas Explicativas**21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**

21.1 Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	31/03/2025	31/12/2024
Parcelas:		
Variáveis	6.763	6.022
Fixas	1.203.468	1.165.392
Verbas/Taxas de fiscalização	5.037	4.989
Outras (Nota 9.1)	1.551.368	1.511.527
	<u>2.766.636</u>	<u>2.687.930</u>
Circulante	48.046	26.376
Não circulante	2.718.590	2.661.554

A movimentação do período das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	2.687.930	2.317.942
Custo (Nota 26)	37.536	36.892
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	47.198	32.523
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	44.036	33.470
Retenções tarifa e conta ajuste (ARTESP/ANTT)	27.142	24.650
Reembolso DUF (Ecovias Rio Minas)	(5.706)	(4.233)
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça (Ecovias Rio Minas)	(25.041)	-
Pagamento do principal	(46.459)	(63.624)
Saldo no fim do período	<u>2.766.636</u>	<u>2.377.620</u>

21.2 Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2025, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	31/03/2025 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovias Sul	2.718	25.793	24.339	52.850
Ecovias Imigrantes	525.049	741.335	52.272	1.318.656
Ecovias Leste Paulista	39.810	314.360	305.471	659.641
Ecovias 101	948.891	387.763	459.442	1.796.096
Ecovias Ponte	185.941	164.442	112.706	463.089
Ecovias Minas Goiás	166.518	1.225.208	4.787	1.396.513
Ecovias Rio Minas	8.023.511	4.083.169	1.772.594	13.879.274
Ecovias Norte Minas	91.553	702.069	63.183	856.805
Ecovias Cerrado	441.498	1.443.871	28.180	1.913.549
Ecovias Noroeste Paulista	3.488.319	4.618.924	894.784	9.002.027
Ecovias Araguaia	3.838.646	3.376.004	484.467	7.699.117
Total	<u>17.752.454</u>	<u>17.082.938</u>	<u>4.202.225</u>	<u>39.037.617</u>

Notas Explicativas

21.3 Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão – Ecovias 101

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Ecovias 101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sexto Termo Aditivo – foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Ecovias 101, juntamente com a ANTT e Ministério apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Ecovias 101, União – por intermédio do Ministério dos Transportes –, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT aprovou e autorizou a publicação do edital do processo competitivo, por meio de leilão a ser realizado em 26 de junho de 2025. O critério de julgamento da melhor proposta será pelo menor valor da tarifa de pedágio, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Ecovias 101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e será realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão com o vencedor do leilão. A Ecovias 101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da controlada e da Companhia. Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da autocomposição serão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando do aditivo de readequação do Contrato de Concessão.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

22.1 CECM e RDC

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido para o setor de conciliação, antes de dar início à fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (CECM e RDC), celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela

Notas Explicativas

Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a Companhia provisionou R\$10.124 em novembro de 2023 a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo.

Em agosto de 2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação antes do julgamento dos recursos.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

Em março de 2024 a RDC, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia foram citadas na Ação Civil Pública nº 5000198-46.2023.4.04.7000/PR, ajuizada em 05 de janeiro de 2023, pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), em face também da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$ 4.284.248) e morais (estimados em R\$ 500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O processo está suspenso por conta da remessa ao setor de conciliação. O prazo de defesa será iniciado posteriormente a essa etapa conciliatória. O processo foi distribuído por dependência à Ação Popular, proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR). Nesta Ação Popular, que também está no setor de conciliação, se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda de ambas como remota.

22.2 Ecovias Sul

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão. A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª

Notas Explicativas

Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU (TC nº 028.576/2022-5), não houve a suspensão do referido reajuste, que compreendeu os efeitos de 2021 e 2022. Preliminarmente, a área técnica do Tribunal de Contas emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU e, em 13 de dezembro de 2023 foi proferido o Acórdão 2.603/2023, que indeferiu a medida cautelar proposta. O Acórdão 2.275/2021, por sua vez, perdeu o objeto com a resolução do TC 020.982/2019-7 (Acórdão 2.501/2023), inexistindo, neste momento, óbices por parte do TCU para que a ANTT proceda com a aplicação dos reajustes anuais da tarifa.

Assim, em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-bases, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 1º de janeiro de 2024.

Os deputados federais signatários das representações anteriores ingressaram com nova medida perante o TCU (TC nº 000.055/2024-7), agora com o objetivo de suspender cautelarmente a Deliberação ANTT nº 443/2023. Argumentam que o referido reajuste teria violado as determinações proferidas pelo TCU no âmbito do TC 020.984/2019-7, bem como se insurgem quanto ao teor da Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes, que estabelece a política pública e os procedimentos para a readaptação e otimização dos contratos de concessão federal. Em 26 de janeiro de 2024, após instrução técnica que atestou não haver descumprimentos às decisões do TCU, foi proferido despacho pelo Ministro relator com a negativa da medida cautelar requerida. Após instrução técnica da auditoria do TCU recomendando o arquivamento do processo, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.187/2024, em 16 de outubro de 2024, confirmou a adequação das tarifas praticadas pela Ecovias Sul no polo rodoviário de Pelotas e determinou à ANTT que, em 90 dias, seja apresentado cronograma da nova licitação ou balizas para eventual otimização do contrato atual. Em 22 de janeiro de 2025, o TCU determinou o arquivamento em definitivo do processo.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R\$78.582, em 31 de dezembro de 2022, e R\$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

22.3 Ecoporto

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A., para exploração de instalação portuária pelo prazo determinado de 25 anos, tinha encerramento do prazo original previsto para 12 de junho de 2023. Por conta disso, em 19 de maio de 2023, o Ecoporto ingressou com ação judicial em face da União, tendo como objeto a manutenção da vigência do Contrato até decisão final sobre pedido de prorrogação (formulado no processo administrativo nº 50300.000038/2014-80). A referida ação (nº1049793-02.2023.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF) teve o pedido de tutela de urgência indeferido, inclusive pelo TRF1 (Agravo de Instrumento n. 1020192-63.2023.4.01.0000), que entendeu que cabe à autoridade administrativa analisar, no âmbito do processo administrativo de prorrogação do Contrato, a conveniência e a oportunidade de tal pretensão.

Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judiciais, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10.

Notas Explicativas

A Autoridade Portuária de Santos S.A. (“APS”), com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou em 09 de dezembro de 2023, a Portaria DIPRE nº 209.2023 prorrogando por 180 dias a medida cautelar que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Em 04 de junho de 2024, a APS editou a DIPRE nº 84.204, prorrogando por mais 180 dias a referida medida cautelar que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato.

Em 02 de dezembro de 2024, nos termos da Deliberação DG nº 110-2024-ANTAQ e da Decisão DIREXE nº 554.2024-APS, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2024 (“Contrato de Transição”) entre o Ecoporto e a APS, garantindo a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto, pelo prazo de 180 dias. Não existem valores a serem reconhecidos e/ou provisionados pelo fim do contrato de arrendamento, uma vez que os valores já foram reconhecidos em exercícios anteriores.

Destacam-se ainda as decisões administrativas favoráveis e definitivas sobre o direito do Ecoporto ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$94.304, com data-base em dezembro de 2016 (Acórdão ANTAQ nº 14-2020; Resolução ANTAQ nº 7.549/2020; Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA; Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e Despacho nº 34/2022/SNPTA). A SNPTA oficiou a APS para indicar a forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto, o qual, atualmente, aguarda referida definição.

Quanto ao reconhecimento do pleito de reequilíbrio contratual decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²), o Ecoporto ajuizou, em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq, tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e foi julgada improcedente sob o fundamento de que não há direito a reequilíbrio pelo reordenamento de áreas, conforme intimação de sentença ocorrida em 1º de abril de 2024. O Ecoporto interpôs recurso de apelação, pendente de apreciação.

Faz-se referência, ainda, a duas ações judiciais em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da Comarca de Santos (processos ns. 5006237-92.2022.4.02.6104 e 5004980-32.2022.4.03.6104), questionando a cobrança decorrente da aplicação, pela APS, da cláusula de revisão quinquenal da Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de R\$62.764. Foram deferidas medidas liminares para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. Em 26 de setembro de 2023 foi realizada audiência de conciliação. Os processos judiciais foram suspensos para tentativa de conciliação entre as Partes e assim permanecem em 31 de março de 2025.

22.4 Ecovias 101

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em Serra – ES, no âmbito da “Operação Infinita Highway”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Ecovias 101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Ecovias 101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$94.578 em 31 de março de 2025).

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita Highway resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Notas Explicativas

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial. Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a “proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de cinco anos. A sentença foi mantida pelo TRF2 em 05 de fevereiro de 2025. A Concessionária formulou recurso com pedido de esclarecimentos para o TRF2, o qual aguarda julgamento. Caso a decisão seja mantida pelo TRF2, caberão recursos às instâncias superiores.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. O prosseguimento do procedimento ficou suspenso em razão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e em 12 de fevereiro de 2025 a Unidades de Auditoria Especializada em Rodovias e Aviação (AudRodoviaAviação) apresentou manifestação informando que foi celebrado o Termo de Autocomposição no processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, recomendando a retirada do sobrestamento do processo e o seu arquivamento. Em 28 de março de 2025, o ministro relator proferiu despacho que retirou a suspensão do processo e o remeteu ao AudRodoviaAviação para promover exame complementar ou ratificar o encaminhamento dado, com posterior retorno para decisão.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia. Esses entendimentos estão em apreciação pelo TCU no âmbito do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e permaneceram assim no período findo em 31 de março de 2025.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita Highway, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídicos anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Causas prováveis

Consolidado	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.655	364.887	24.116	33.080	423.738
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(60)	7.027	1.237	(3)	8.201
(-) Pagamentos	-	(3.250)	(2.568)	(3)	(5.821)
(+) Atualização monetária	17	8.050	584	813	9.464
(-) Reclassificações (a)	-	(131.014)	-	-	(131.014)
Saldos em 31 de março de 2025	1.612	245.700	23.369	33.887	304.568

Notas Explicativas

(a) A controlada indireta Ecovias 101, em cumprimento ao estipulado no Termo de Autocomposição celebrado com a ANTT, União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a interveniência do Tribunal de Contas da União (“TCU”), aderiu à Transação Extraordinária para a regularização de débitos com a União instituída pela Lei nº 14.973/2024 e regulamentada pela Portaria Normativa AGU nº 150/2024. Esse mecanismo endereça a resolução dos passivos regulatórios, inscritos em dívida ativa e/ou judicializados, por meio da aplicação de 40% de desconto para o pagamento em 12 parcelas mensais. A transação foi estruturada em duas operações, uma direcionada à resolução dos débitos inscritos em dívida ativa, cujo parcelamento foi iniciado em fevereiro de 2025 e, até o fechamento do trimestre findo em 31 de março, foram quitadas 2 parcelas que totalizam o valor de R\$12.056. A operação secundária, relativa aos passivos judiciais, aguarda a consolidação dos débitos pela AGU para início do pagamento das respectivas parcelas, que seguirá em paralelo. Os valores foram realocados na rubrica “outras contas a pagar” do passivo circulante.

23.2 Causas possíveis

	31/03/2025	31/12/2024
Ambientais	3.020	2.969
Cíveis (a)	2.038.930	1.819.992
Trabalhistas	61.578	57.893
Tributários	405.254	399.301
	<u>2.508.782</u>	<u>2.280.155</u>

(a) A Alteração no montante refere-se aos processos da controlada indireta Ecovias Rio Minas que se referem aos autos de infração recebidos do Poder Concedente (ANTT), os quais foram classificados como “perda possível” pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/03/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda.	321.627.460	46,189%	321.627.460	46,189%
IGLI S.p.A.	44.641.150	6,411%	39.586.150	5,685%
Outros (<i>free-float</i>)	329.352.616	47,298%	334.407.616	48,024%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,102%
Total ações ordinárias	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>

24.2 Reserva de lucro e de capital

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucro e de capital de acionistas controladores.

24.3 Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	263.186	248.274
Participação nos resultados do período	(9.975)	6.190
Saldo no fim do período	<u>253.211</u>	<u>254.464</u>

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	1.690.101	1.549.582
Receitas de construção (a)	757.270	605.047
Receitas portuárias	138.333	100.594
Receitas acessórias	31.366	28.868
Receitas logísticas	11.277	16.436
Receita bruta total	<u>2.628.347</u>	<u>2.300.527</u>
Deduções da receita	(181.174)	(161.547)
Deduções do reconhecimento da receita	(21.054)	(12.264)
Receita líquida	<u>2.426.119</u>	<u>2.126.716</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (b)	(70.949)	(62.740)
PIS (c)	(15.381)	(13.601)
ISS (d)	(94.266)	(84.374)
Dedução do reconhecimento da receita (e)	(21.054)	(12.264)
Abatimentos	(578)	(832)
	<u>(202.228)</u>	<u>(173.811)</u>

(a) Sobre a receitas de construção não há incidência de impostos.

(b) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.

(c) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.

(d) Alíquota média de 5,0%.

(e) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Pessoal	7.646	7.923	147.598	155.263
Conservação e manutenção	38	19	63.720	76.833
Serviços de terceiros (a)	2.070	1.437	103.698	96.631
Seguros	431	392	9.755	7.628
Poder concedente (Nota 21)	-	-	37.536	36.892
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	21.113	25.875
Custo de construção de obras	-	-	757.270	605.047
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	585	612	303.296	216.825
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	57	135	8.547	6.841
Outros custos e despesas	718	712	43.926	53.093
	<u>11.545</u>	<u>11.230</u>	<u>1.496.459</u>	<u>1.280.928</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	1.412.702	1.194.091
Despesas gerais e administrativas	11.545	11.230	83.757	86.837
	<u>11.545</u>	<u>11.230</u>	<u>1.496.459</u>	<u>1.280.928</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	265	1.478	125.814	124.693
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	-	-	2.224	1.917
Atualização monetária venda Elog	26	524	26	524
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	3.378	-
Outras	79	13	5.191	2.349
	370	2.015	136.633	129.483
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(17.585)	(27.581)	(437.550)	(395.630)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	(55.495)	(46.001)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	(227.039)	(115.196)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(203)	(339)	(18.815)	(12.925)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	(47.198)	(32.523)
Variação monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	-	(294)	(4.092)	(5.328)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	(7.760)	(7.269)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (Nota 15)	-	-	(28.371)	(14.473)
Juros capitalizados	-	-	99.525	117.910
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(16)	(93)	(6.870)	(6.400)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	31	-	(9.465)	(8.115)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	(1.826)	(1.447)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(153)	(74)	(6.703)	(4.612)
Outras	(51)	(26)	(8.575)	(10.033)
	(17.977)	(28.407)	(760.234)	(542.042)
Resultado financeiro, líquido	(17.607)	(26.392)	(623.601)	(412.559)

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro básico e diluído – resultado do período	0,21	0,33
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,21	0,33

28.1 Lucro por ação

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	146.654	231.372
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	146.654	231.372
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	0,21	0,33
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,21	0,33

Notas Explicativas

28.2 Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Dívida (a)	291.549	596.343	24.470.260	21.442.508
Disponibilidade (b)	(10.026)	(3.454)	(3.627.240)	(2.630.822)
Dívida líquida	281.523	592.889	20.843.020	18.811.686
Patrimônio líquido (c)	3.574.014	3.427.360	3.827.225	3.690.546
Índice de endividamento líquido	0,08	0,17	5,45	5,10

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente (Ônus fixo), circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2025 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.355.146	3.355.146
Clientes (b)	551.401	551.401
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	714.681	714.681
Passivos:		
Fornecedores (b)	319.943	319.943
Fornecedores FIDC (b)	12.316	12.316
Empréstimos e financiamentos (c)	3.084.849	2.910.977
Debêntures (c)	19.935.846	19.179.709
Passivos de Arrendamentos (d)	246.097	282.516
Obrigações com poder concedente (e)	1.203.468	2.569.251
Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (f)</i>	6.932	6.932

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(b) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Fornecedores FIDC” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

Notas Explicativas

(d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com poder concedente”, da controlada Ecovias Norte Minas.

(f) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia e de suas controladas (*Phantom Stock Option e Phanton Restricted Stock*), baseado no valor das ações da Companhia (ECOR3), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$297.400 (R\$254.524 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”.

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	4.846.000	2.356.531	3.683.471	32.186.776
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	267.544	275.624	275.735	3.209.288
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	53.948	53.161	52.368	490.261
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	12.430	12.430	12.430	133.620
Banco da Amazônia - BASA	32.314	44.981	43.587	479.741
Obrigações com poder concedente	28.750	120.817	126.928	4.525.633
Finame	6.726	6.220	-	-
Passivo de arrendamento	120.819	83.892	45.443	32.362
	<u>5.368.530</u>	<u>2.953.655</u>	<u>4.239.961</u>	<u>41.057.680</u>

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$516.912 (ativo circulante de R\$4.890.839 e passivo circulante consolidado de R\$5.407.751), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	423.275	529.094	634.913
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.422.757)	(1.599.197)	(1.772.741)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(1.027.691)	(1.057.979)	(1.100.709)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(108.425)	(131.867)	(155.308)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(10.818)	(11.120)	(11.423)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(98.047)	(122.559)	(147.071)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(2.244.463)</u>	<u>(2.393.628)</u>	<u>(2.552.339)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,90%	17,38%	20,85%
IPCA (b)	4,42%	5,53%	6,63%
TJLP (c)	8,37%	10,46%	12,56%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Março de 2025.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

Em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/03/2025	31/03/2024
Concessões rodoviárias	90,97%	91,45%
“Holding” e serviços	4,81%	4,59%
Portos	3,82%	3,33%
Logística	0,40%	0,63%

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 31 de março de 2025 e de 2024:

	31/03/2025		31/03/2025		
	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Concessões rodoviárias	29.827.751	20.972.198	8.855.553	2.331.910	342.090
“Holding” e serviços	17.897.703	8.715.208	9.182.495	123.354	276.977
Portos	623.293	323.547	299.746	97.944	19.624
Logística	86.477	36.961	49.516	10.147	2.461
Eliminações	(15.996.684)	(1.436.598)	(14.560.086)	(137.236)	(504.473)
Consolidado	32.438.540	28.611.316	3.827.224	2.426.119	136.679
	31/12/2024		31/03/2024		
	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Concessões rodoviárias	26.160.799	17.725.604	8.435.195	2.049.193	391.292
“Holding” e serviços	17.016.145	8.021.689	8.994.456	102.770	522.025
Portos	630.530	310.408	320.122	74.566	2.940
Logística	81.017	33.962	47.055	14.154	5.780
Eliminações	(14.592.409)	(486.127)	(14.106.282)	(113.967)	(684.475)
Consolidado	29.296.082	25.605.536	3.690.546	2.126.716	237.562

Notas Explicativas

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

31.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

31.3 Transações que não envolvem caixa

No período findo em 31 de março de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	-	1.674	32.067	27.699
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	-	-	(160)	-
Conta reserva – poder concedente	-	-	39.841	53.887
Provisão para construção de obras futuras	-	-	38.962	-

32. FORNECEDORES RISCO SACADO

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de março de 2025, o valor consolidado é de R\$0 (R\$2.412 em 31 de dezembro de 2024).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor – risco sacado, em 2025, foram de R\$1.916 (em 2024, R\$9.532).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Aporte de capital – Ecovias 101

Em 08 de abril de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Ecovias 101, no valor de R\$30.000 (trinta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

33.2 Aporte de capital – Holding do Araguaia

Em 10 de abril de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Holding do Araguaia, no valor de R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 32.000.000 (trinta e dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Notas Explicativas

33.3 7ª Emissão de Debêntures – Ecovias Sul

Em 29 de abril de 2025, o Conselho de Administração da controlada Ecovias Sul, aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R\$70.000, que será objeto de oferta pública de distribuição das debêntures, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“Lei do Mercado de Capitais”), do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O prazo de vencimento final das debêntures será de 10 meses a contar da data de emissão e serão remuneradas pelo CDI + 0,80%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22.4 às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia e de sua Controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 21.3 que descreve a adesão ao processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA mediante a realização de processo competitivo, por meio de leilão para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., leilão este a ser realizado em 26 de junho de 2025. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Paulo – SP, 08 de maio de 2025.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Paulo – SP, 08 de maio de 2025.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance